

Ecos de vozes camponesas: luta de classes no Vale do Ebro (Séculos VI-VII)

*Echoes of peasant voices: class struggle in the Ebro Valley
(6th-7th Centuries)*

Eduardo Cardoso Daflon*

Resumo: O presente texto investiga as transformações sociais no vale do rio Ebro entre os séculos VI e VII a partir da análise cruzada de documentação escrita, dados arqueológicos. Examina-se a relação do campesinato com a aristocracia visigoda com base em quatro variáveis: a organização das cidades, a construção de fortificações, os processos de cristianização do meio rural e a reconfiguração do campo após o colapso do Império Romano. Ao destacar a agência camponesa, o texto problematiza interpretações que reduzem a história rural à mera dominação aristocrática, demonstrando que, apesar do avanço progressivo do poder senhorial, expressivas comunidades camponesas mantiveram autonomia relativa durante parte significativa do período. Defende-se, assim, uma leitura diacrônica que compreende a luta de classes na Alta Idade Média como um processo dinâmico, marcado por negociações, resistências e recomposições entre camponeses e aristocracias locais.

Abstract: This text investigates the social transformations in the Ebro River valley between the 6th and 7th centuries through a cross-analysis of written documentation and archaeological data. It examines the relationship between the peasantry and the Visigothic aristocracy based on four variables: the organization of cities, the construction of fortifications, the processes of rural Christianization, and the reconfiguration of the countryside after the collapse of the Roman Empire. By highlighting peasant agency, the text challenges interpretations that reduce rural history to mere aristocratic domination, demonstrating that, despite the progressive expansion of seigneurial power, significant peasant communities maintained relative autonomy throughout a substantial part of the period. It thus advocates for a diachronic reading that understands class struggle in the Early Middle Ages as a dynamic process, marked by negotiations, resistance, and realignments between peasants and local aristocracies.

Palavras-chave:

campesinato;
Vale do Ebro;
luta de classes;
visigodos;
Alta Idade Média.

Keywords:

peasantry;
Ebro River valley;
class struggle;
Visigoths;
Early Middle Ages.

Recebido em: 01/08/2025
Aprovado em: 20/11/2025

* Professor de História Antiga e Medieval do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso e membro do *Vivarium*.

O presente texto é um desdobramento inicial de uma pesquisa de doutoramento encerrada em 2020, na qual analisei as transformações no campesinato da Península Ibérica imediatamente após o colapso do Império Romano.¹ Agora, como parte da investigação que realizo, procuro avaliar os desenvolvimentos históricos do campesinato ibérico entre os séculos VI e VII. Trata-se do período em que se reconstitui uma articulação supra regional encabeçada pela monarquia visigoda e que teve como um de seus elementos centrais – e frequentemente ignorado pela historiografia – justamente a sujeição dos camponeses.²

Dito isso, é necessário estabelecer uma referência metodológica de partida. Não podemos tratar o território peninsular como uma unidade devido à desagregação causada pelo desaparecimento do poder imperial de Roma que tornou as variações regionais da Península Ibérica ainda mais marcadas. Assim, proponho uma série de abordagens regionais. Este texto consiste num primeiro esforço para caracterizar uma região específica: o vale do rio Ebro.

Trata-se de um recorte particularmente interessante durante o processo de desestruturação do Império Romano na Península Ibérica em meados do século V (Espinoza Ruiz, 1991). Essa zona conheceu um contexto de instabilidade marcado sobretudo pelas bagaudas (Silva, 2016) – levantes camponeses em larga escala –, que chegaram a mobilizar um último esforço de resposta imperial com a mobilização de grandes generais romanos e de tropas visigodas (Burgess, 1993, p. 96; 98; 99; 102).

Apesar de ainda durante a vigência do Império essas revoltas camponesas terem sido violentamente reprimidas, o vale do Ebro, até o final do século V, estava escapando a articulações mais amplas. A documentação escrita e arqueológica permite ver a emergência de poderes aristocráticos locais que procuram se autonomizar e que, inclusive, tiveram uma capacidade de atuação expressiva com destacado reconhecimento de outras aristocracias até mesmo fora da Península Ibérica (Tejada; Ramiro, 1849, p. 951-953; 957; 962).

Já em fins do século V, contudo, os poderes visigodos começavam a instalar-se mais efetivamente nos territórios além dos Pirineus (Jiménez Sánchez, 2007, p. 363). Não se tratava do controle sobre todo o território peninsular, mas de um conjunto de pontos-chaves entre o vale do Ebro, o vale médio do Tejo e a cidade de Mérida. Algo que se intensificará com o deslocamento definitivo dos visigodos para a Península Ibérica após serem derrotados pelos francos na célebre Batalha de Vouillé, em 507 (Castellanos, 2018,

¹ Produto de minha tese de doutoramento, recentemente publicada (Daflon, 2023).

² Em outro momento, estabeleci uma definição de campesinato que considero operacional para o estudo do período aqui abordado (Daflon, 2021).

p. 58-78). Em outras palavras, especificamente a aristocracia do vale do Ebro desde muito cedo participou do processo de construção de um novo Estado sob os visigodos.³

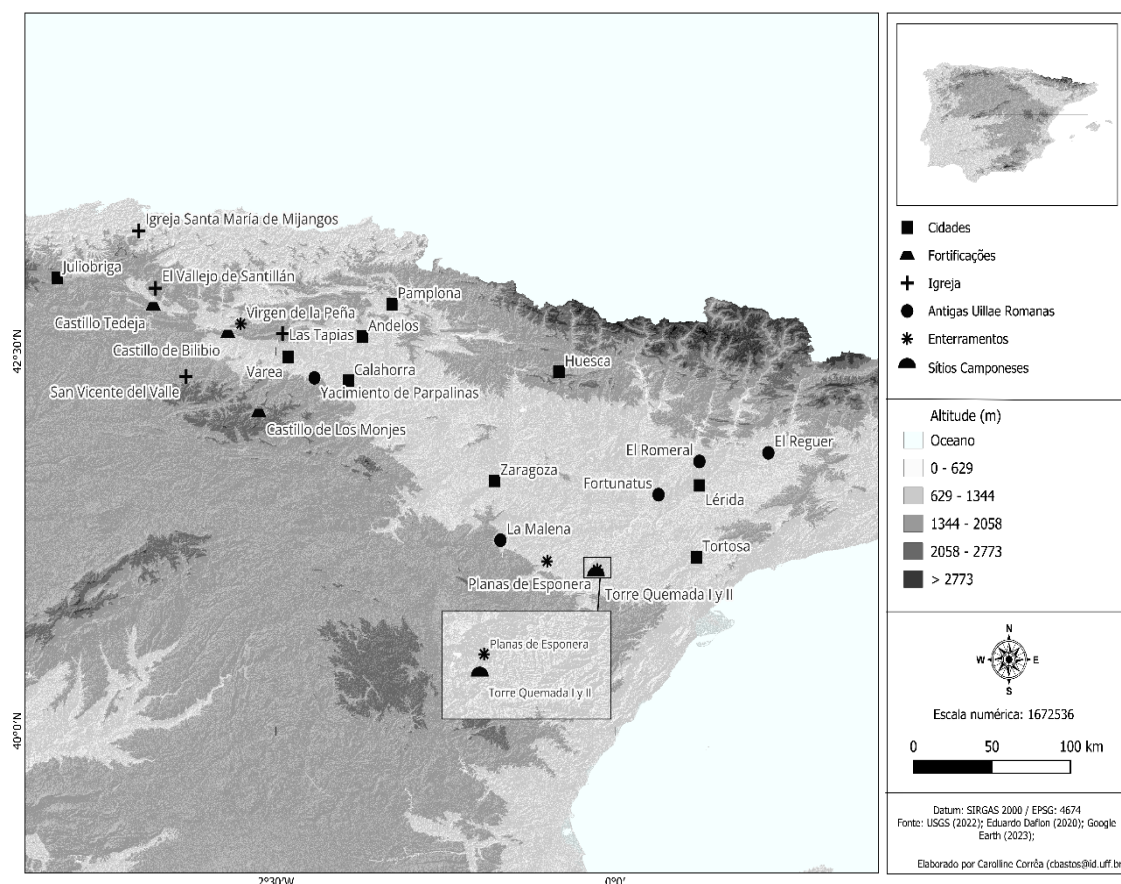
Esse é o cenário geral das transformações na passagem para o século VI. Em função disso, irei considerar quatro variáveis a partir da documentação escrita e arqueológica disponível: 1) as cidades como núcleos da aristocracia; 2) as fortificações existentes e sua expressão na paisagem; 3) os níveis de cristianização do meio rural; e 4) o campo propriamente dito e suas mudanças. Com isso, desejo avaliar a luta de classes no vale do Ebro e, sobretudo, a agência camponesa.

Aqui uma segunda consideração metodológica se impõe para explicar o sentido de considerar o meio urbano, centros defensivos e os níveis de cristianização para avaliar o meio rural. Isso se dá pela relativa pobreza de informações que temos sobre o campo. De tal maneira que me oriento pela reflexão de Walter Benjamin (1987, p. 222-223) quando questiona em sua segunda tese sobre o conceito de História, se não existiria “nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”

Guiado por esse princípio do marxismo benjaminiano, rejeito uma ideia bastante corrente de que não há como estudar o campesinato medieval por falta de fontes (Daflon; Magela, 2019). O que precisamos é ajustar as perguntas que fazemos à documentação histórica disponível com uma clareza teórica e metodológica para delas fazer emergir os ecos das vozes camponesas da Alta Idade Média.

Dito isso, passemos aos dados que temos. Um primeiro ponto necessário de destacar é que se trata de uma zona não muito iluminada pela Arqueologia e particularmente mal explorada em ambientes rurais. Ainda assim, entre os séculos VI e VII, temos algumas referências textuais interessantes e de tipologias variadas, como atas conciliares, epistolários e vidas de santos. Será com base em tais documentos que buscarei compreender a luta de classes e ressaltar o papel ativo do campesinato. Todos os locais citados no texto podem ser identificados no mapa abaixo.

³ A literatura que discute a questão do Estado entre os visigodos é bastante abundante e marcou importantes discussões na historiografia. Para um balanço crítico (Pachá, 2015). Não sendo o objetivo deste texto discutir teoricamente a questão do poder estatal na Alta Idade Média, ofereço uma definição sucinta. Compreendo neste texto o Estado como uma relação social de dominação de classe que tem seu vértice com o rei e o conjunto da alta aristocracia a ele diretamente relacionada reunida no palácio, entendido aqui num sentido amplo como a facção superior da aristocracia. Em outro momento apresentei isso de maneira um pouco mais elaborada (Daflon, 2017).

Mapa 1 – Locais citados no texto

Mapa de autoria própria.

1) Cidades

É bastante consensual que nessa região as cidades seguiram tendo algum protagonismo e centralidade para a organização da paisagem (Martín Viso, 2016, p. 10) e articulação da aristocracia (Diarte-Blasco, 2018, p. 52). Consideremos, a título de exemplo, Zaragoza, que é o caso arqueologicamente mais bem conhecido. Tratou-se de um centro de produção de vidro entre os séculos VI e VII, um produto que então era considerado de luxo e cuja fabricação estava ligada a grandes centros aristocráticos (Martínez Jiménez; Sastre De Diego; Tejerizo García, 2018, p. 234-235).

Zaragoza também é um caso marcante graças aos achados cerâmicos do Mediterrâneo oriental e, especialmente, do norte da África. Eles permitem perceber que uma cidade no interior foi capaz de manter níveis de conexão mais amplos (Martínez Jiménez; Sastre De Diego; Tejerizo García, 2018, p. 189). Algo que, somado aos dados de produção de vidro, sugere a presença de uma aristocracia potente e capaz de fazer bens de importação serem transportados até ali.

Apesar desse registro pontual, o quadro de espaços distantes da costa mediterrânea aponta para o praticamente desaparecimento de produtos de comércio de longa distância. Generalizou-se a produção de uma cerâmica de pior qualidade de tom acinzentado e com uma circulação restrita ao vale do Ebro e suas imediações (Laliena Corbera, 2009, p. 159-160). Elas são chamadas pelos especialistas de *Cerámicas de Imitación de Sigillata* (CIS) e apresentam o problema de terem cronologias muito menos claras que as cerâmicas do período romano. Contudo, parece que sua produção se prolongou até pelo menos meados do século VI (Martínez Jiménez; Sastre De Diego; Tejerizo García, 2018, p. 119-120).

Outros casos apontam para centros dinâmicos, mas ainda mal conhecidos. Pamplona, por exemplo, aparece na documentação escrita tendo seus muros reparados por Leovigildo e, mais tarde, por Wamba (Martínez Jiménez; Sastre De Diego; Tejerizo García, 2018, p. 172-173). Algo que, todavia, carece de estudos arqueológicos para obtermos informações mais precisas. A despeito desse último caso e de outros – como Calahorra –, o alto vale do Ebro foi uma região em que a continuidade urbana foi menor do que em zonas mais abaixo no curso do rio. Locais como Vereia e Andelos desaparecem e outros como Juliobriga continuam com ocupações muito marginais.

A prevalência das cidades como eixos articuladores do território pode também ser atestada pela potente rede de bispados que ali existiu durante todo o período considerado. Boa parte dessa rede já existia desde o Império Romano, tendo sido composta pelas sedes de Zaragoza, Pamplona, Calahorra, Turiasu, Tortosa e Huesca. A essas se soma a sede episcopal de Lérida, que tem uma fundação no início do recorte temporal aqui considerado, em princípios do século VI.

2) Fortificações

No recorte espacial aqui considerado, temos o registro de poucos contextos fortificados. São conhecidos apenas três casos pontuais ocorridos no alto vale do Ebro (Martínez Jiménez; Sastre De Diego; Tejerizo García, 2018, p. 200-201). Essas fortificações surgem exatamente na porção do território onde as cidades – mais que em qualquer outra parte dessa bacia hidrográfica – parcialmente perderam a centralidade, como procurei demonstrar a partir das referências anteriores a Vereia, Andelos e Juliobriga (Diarte-Blasco, 2018, p. 72).

O Castillo Tedeja dispõe de datações por rádio carbono que situam o início da construção da muralha no século V com reparos no muro original datando da oitava centúria (Ariño, 2013, p. 110-111). Próximos a essa fortificação temos alguns centros religiosos sendo estabelecidos, como a Igreja Santa María de Mijangos, que conta com

uma inscrição que narra a consagração pelo bispo Asterio de Oca durante o reinado de Recaredo (Ariño, 2013, p. 111-112).⁴ Além disso, temos próximo aos Castillo Tedeja a localidade de El Vallejo de Santillán, onde se documentou a presença de um batistério e igreja com necrópole associada.

O outro caso com uma cronologia de fundação semelhante seria Castellum Bilibium que também estava associado a uma igreja ocupada entre o V e VI. Contudo, trata-se de um local muito pequeno para casas, com a maioria das habitações se localizando perto da igreja e associada à necrópole. Local referido na Vida de São Milão, escrita por Bráulio de Zaragoza no século VII e que teria sido procurado pelo santo para se instruir com um tal religioso de nome Félix (Vazquez de Praga, 1943, p. 14-15). Em que pese os problemas da intencionalidade dessa narrativa, é significativo que esse local tenha sido mencionado no texto, apontando ao menos para uma memória da centralidade de uma aristocracia nesse local.

Por sua vez, o Castillo de Los Monjes se localiza em uma região de fácil defesa com muralhas. Contudo, nele não encontramos tanto a presença de elementos cerâmicos ou material suntuário que aparecem em outros assentamentos fortificados. Nesse local, temos também uma curta sequência de ocupação, datada de meados do VII e princípios do VIII.

No caso do vale do Ebro, essas fortificações teriam parcialmente se originado no V e talvez seguido em uso devido ao seu estratégico local defensivo e capacidade de visibilidade. Porém, as evidências arqueológicas ainda não apontam seguramente para uma longa duração da ocupação desses locais, encontrando sinais de desocupações e reocupações (Diarte-Blasco, 2018, p. 71). Sobre esse ponto voltarei mais adiante.

3) Cristianização do meio rural

O vale do rio Ebro conheceu uma cristianização do meio rural relativamente cedo no quadro ibérico. Nessa região temos muitas *uillae* – antigas grandes propriedades do período romano – sendo convertidas em locais de culto. Normalmente esses se instalavam após o abandono da residência romana, mas por vezes podiam conviver (como demonstra o exemplo da *uilla* Fortunatus). Nela, temos indícios de cristianização ainda durante o período romano. Após uma fase, no século V, de ocupação dos antigos espaços de representação por muros e estruturas produtivas, temos finalmente a sua conversão em um ambiente de culto no século VI (Chavarría Arnau, 2007, p. 192-195; Martínez Jiménez; Sastre De Diego; Tejerizo García, 2018, p 200-201).

⁴ Há quem questione a legitimidade dessa inscrição (Chavarría Arnau, 2010, p. 161-162).

Já na *uilla* de Parpalinas, temos uma possibilidade de identificação novamente com a Vida de São Milão, talvez sendo a propriedade do senador Honorius, na qual uma igreja foi construída entre fins do V e princípios do VI (Diarte-Blasco, 2018, p. 66). Ainda que não seja possível confirmar que seja a mesma propriedade presente no texto hagiográfico escrito no século VII, é representativa a referência a um *dominus* local dessa monta no século VI, capaz de mobilizar enormes quantidades de alimento para o santo quando esse se põe a orar (Vazquez de Praga, 1943, p. 24-26). Cabe dizer que este Honorius, inclusive, não é o único senador relatado na vida do santo que se refere a um “senado” numa região denominada por Cantábria (Vazquez de Praga 1943, p. 34). Poderosos locais que parecem estar gozando de relativa autonomia até serem, conforme a previsão de Milão, submetidos pelo poder da espada de Leovigildo (Vazquez de Praga, 1943, p. 34).

Esse movimento de construção de edifícios de culto parece ter sido um elemento comum nesse contexto do Ebro. Algo semelhante possivelmente ocorre na *uilla* de El Reguer, que tem a construção de um local de culto sobre um conjunto de enterramentos, ainda que a cronologia dessa nova função dada ao edifício esteja ainda bastante imprecisa (Chavarría Arnau, 2007, p. 191). O mesmo poderia ser dito do caso de La Malena, que tem uma ocupação camponesa sucedida talvez pela construção de uma ermida talvez dedicada a Maria Madalena (Chavarría Arnau, 2007, p. 196).

Temos ainda a construção de igrejas rurais que se somam à já mencionada Igreja Santa María de Mijangos, nas imediações do Castillo Tedeja, como as igrejas de San Vicente del Valle e Las Tapias. Contudo, há que ser bastante claro que em todos esses casos as datações são bastante incertas e as escavações, quando realizadas, não foram suficientes para precisar sua cronologia (Chavarría Arnau, 2010, p. 160-164). Havendo, portanto, um interminável debate entre arqueólogos sobre se sua construção é do século VII ou refere-se a períodos pós-visigodos, a partir do século VIII.

A despeito disso, para fins da avaliação que me proponho a fazer sobre o campesinato, parece interessante o argumento trazido por Chavarría Arnau. Segundo essa autora, independente da data da construção – no período visigodo ou após a conquista muçulmana – a igreja em si representa em última instância a materialização de poderes aristocráticos. Poderes esses que por um bom tempo mantêm uma continuidade, mesmo incorporados ao mundo islâmico. Em suma, as propriedades aristocráticas manifestas no registro arquitetônico das igrejas – mesmo que construídas já sob Al-Andalus – representam um contexto de ascendência aristocrática sobre o campo que remonta ao menos ao século VII (Chavarría Arnau, 2010, p. 160-164).

4) Campo

Como comentei antes, boa parte das antigas *uillae* da região do vale do Ebro são, em algum momento, convertidas em espaços de culto, mesmo que marcada por uma fase de ocupação produtiva. El Romeral segue um percurso semelhante, com muros e espaços produtivos se colocando sobre os antigos espaços de luxo. Porém, é um local que não se converte em espaço religioso, tendo permanecido com essas novas características produtivas até algum momento anterior ao século VII (Chavarría Arnau, 2007, p. 191).

Em outros locais da Península Ibérica – especialmente bem demonstrado para a bacia do Douro (Tejerizo García, 2017) –, temos esses tipos de novos usos associados ao colapso do mundo romano e à posterior ascensão de uma agência camponesa proeminente. Esse pode ter sido o caso de locais como El Romeral ou até mesmo a *uilla* Fortunatus antes da sua conversão em local de culto.

De todo modo, em quase todos os dados seria possível indicar, no mínimo, uma rápida ascendência aristocrática sobre as antigas *uillae* no vale do Ebro. Mas, isso não significa uma continuidade absoluta com o contexto de dominação rural do Baixo Império romano. Precisamos avaliar, com os dados que temos, os níveis e desenvolvimentos dessas transformações após as rupturas do século V, que conformaram um novo quadro agrário.

Diferentemente de outras partes da Península Ibérica, na região do vale do Ebro, não temos até o momento praticamente nenhum caso de assentamento camponês escavado em extensão. De todo modo, a partir da análise de algumas áreas prospectadas é possível avançar algumas hipóteses sobre o quadro geral do campo nessa região. Temos uma prospecção de 2003 na área do rio Martín e em 2007 um estudo focado no curso do rio Guadalope, ambos afluentes do Ebro (Laliena Corbera, 2009, p. 151-152). A partir deles, vemos se consolidar, no século VI, uma nova paisagem que começou a aparecer desde meados do século V e que era formada por uma densa rede de *habitats* camponeses *ex novo*, ou seja, sem relação com os padrões prévios de ocupação do solo. Além desses, temos umas poucas escavações de enterramentos esculpidos em rocha, como os casos de Lastras de San José e Planas de Esponera. Esses locais possuem objetos funerários – como vasos de cerâmica – e, graças ao registro ósseo, podemos datá-los entre os séculos VI e VII (Laliena Corbera, 2009, p. 151-152).

Por sua vez, nos dois únicos sítios camponeses que tiveram trabalhos exploratórios publicados – Torre Quemada I e II –, temos estruturas que datam entre os séculos V e VIII. Entretanto, elas estão muito mal preservadas devido à destruição das camadas mais antigas por ocupações medievais posteriores ou por terem sofrido forte erosão (Laliena Corbera, 2009, p. 154 e 156). Nessas aldeias e granjas havia construções de uso familiar

ou plurifamiliar, com a provável presença de aparentados dividindo o mesmo espaço (Laliena Corbera, 2009, p. 155).

Os enterramentos em rocha vinculados a esses sítios parecem confirmar essa ideia, já que as várias dezenas de sepulturas são ordenadas em sub agrupamentos de dois a seis tumbas (Laliena Corbera, 2009, p. 155). Esse tipo de ordenamento do cemitério, a despeito de sinalizar a existência de uma coletividade que coabitava esses espaços, demonstra também que a coesão social não era exatamente comunitária (Laliena Corbera, 2009, p. 160).

Ou seja, as unidades familiares eram comparativamente mais fraturadas que na Bacia do Douro, onde encontramos organizações funerárias bem mais coesas. A disposição do cemitério também é significativa, a uma certa distância das casas, mas numa altura visível que domina a paisagem, estabelecendo uma relação entre os vivos e os mortos que legitimam a sua relação com aquele espaço (Laliena Corbera, 2009, p. 155). O fato de serem esculpidas em rocha as sepulturas também é significativo, indicando uma vontade de tornar aquilo em algo extremamente durável, reforçando simbolicamente o vínculo com o solo (Laliena Corbera, 2009, p. 160).

Por sua vez, os locais dos sítios identificados nas prospecções parecem intimamente articulados às necessidades da produção camponesa com acesso facilitado a fontes de água (Laliena Corbera, 2009, p. 156). Fundamentalmente, temos uma total alteração da antiga paisagem romana e a emergência de uma nova configuração da ocupação do espaço (Laliena Corbera, 2009, p. 157-158). O que vemos emergir é uma densa malha de assentamentos camponeses que não distam entre si mais do que um quilômetro nas áreas prospectadas dos rios Martin e Guadalope (Laliena Corbera, 2009, p. 158-159).

Não seria estranho imaginar que um cenário geral mais ou menos parecido com esse fosse comum na região do Ebro, ainda que potencialmente atravessado por algum nível de diversidade regional. Isso demonstra tanto a necessidade de estudos extensivos como os mencionados aqui quanto a urgência de escavações mais detalhadas de ao menos alguns sítios para tentar estabelecer uma cronologia mais precisa. Afinal, quando são realizadas prospecções sistemáticas em muito são multiplicados os assentamentos camponeses localizados (Laliena Corbera, 2009, p. 158).

Ainda a partir dos achados de superfície podemos identificar pedras e contrapesos utilizados na prensa para produção de azeite que infelizmente estão dispersas e descontextualizadas. Esses achados são significativos, pois indicam uma produção que superaria o nível da subsistência. Contudo, ainda é impossível dizer se eles representariam uma hierarquia nos assentamentos com um controle individual ou aristocrático sobre esses instrumentos ou se eram coletivamente utilizados por muitas parentelas (Laliena Corbera,

2009, p. 159). Menos ainda é possível saber qual a cronologia desses achados, uma vez que sem seu contexto considerado uma datação precisa é basicamente impossível.

O quadro que poderíamos apresentar do mundo camponês a partir dos dados disponíveis do meio rural do vale do Ebro seria de uma sociedade com baixos níveis de desigualdade. Sociedade essa que, ao menos até aquele momento, não registrava a presença de elementos arquitetônicos que marcassem qualquer diferenciação social muito expressiva. Contudo, alguns achados pontuais, como de fivelas decoradas em Val de Urrea e na necrópole da Virgen de la Peña, no vale do rio Martín, e em Torre Llopis II, no vale do Guadalope, trazem um elemento interessante para nossa reflexão. Afinal, esses seriam objetos de luxo não produzidos localmente e que indicariam o prestígio de ao menos uma parcela do campesinato enterrado. Como explicar esse tipo de achado de um objeto luxuoso e importado nesse quadro mais geral?

Considerações finais

Estariamos nós diante de um cenário de aparente contradição? Afinal, apresentei um quadro de cidades potentes, fortificações, bispados pujantes e igrejas rurais que indicariam uma ascendência aristocrática no Ebro. Mas, ao tratar dos achados das prospecções e escavações exploratórias, o que parecemos encontrar é uma sociedade camponesa com níveis de autonomia bastante elevados. A quase ausência de elementos de diferenciação social e o próprio ordenamento da paisagem atendendo às necessidades desse campesinato indicariam esse cenário de aparente independência.

Quando consideramos, porém, outras fontes, se agrava essa interpretação, que parece fraturada. Por exemplo, no Concílio de Lérida, celebrado em 546, temos também a referência a dependentes chamados de *serui* (Vives, 1963, p. 57). Alguns anos depois, se observamos a doação e testamento de Vicente de Huesca – datados na segunda metade do século VI –, temos o indicativo de uma enorme diversidade de formas de dependência num vastíssimo patrimônio fundiário espalhado por dezenas de quilômetros na região pirenaica do vale médio do Ebro (Corcoran, 2003). Os termos indicam um estatuto jurídico e de submissão diverso que vão desde *ingenui* e da concessão do título de *cives romanus* para libertos até a presença de vários *serui* e até mesmo de *coloni*.

Fontes mais tardias, como as cartas do epistolário de Bráulio Zaragoza, reforçam a presença de uma sociedade profundamente hierarquizada. Bráulio também é autor da já referida Vida de São Milão, escrita possivelmente entre 635 e 640. Nesse texto, o bispo de Zaragoza relata os feitos de um santo que teria vivido por cerca um século e que teria morrido cerca de 60 anos antes da redação da hagiografia. Ao longo da narrativa

aparecem vários personagens também dos mais diferentes estatutos sociais, como *ancillae*, *serui*, *mancipia* e mesmo trabalhadores livres empregados como assalariados (Vazquez de Praga, 1943, p. 14-15; 22-23; 26-27).

Essa leitura fraturada é uma das marcas da historiografia que trata desse tema. Para alguns, os dados apontariam inequivocamente para uma autonomia camponesa plena entre os séculos VI e VII, enquanto, para outros, seria um momento de consolidação do que se chamou de “proto-feudalismo visigodo”.⁵ Ilustrativo dessa fratura é o recente manual de Santiago Castellanos, que cria dois subtítulos para falar dos camponeses, um primeiro analisando as fontes arqueológicas e um outro analisando a documentação escrita (Castellanos, 2018, p. 169-177).

Não havia, contudo, duas sociedades no passado alto medieval. Não existia uma sociedade hierarquizada de uma documentação e uma de uma vigorosa autonomia camponesa de outras fontes. O que temos é uma dificuldade de leitura da documentação que precisamos superar (Escalona, 2009).

Assim, a interpretação que proponho para explicar esses dados passa por uma leitura diacrônica e que enfatiza tanto a transformação histórica quanto a agência camponesa. Nesse sentido, o que teríamos é um contexto de desestruturação do século V, que fez a luta de classes favorável num primeiro momento aos camponeses, apesar das derrotas de seus projetos, com a sujeição dos *bagaudas*. Porém, claramente, há uma desestruturação da ordem antiga e conformação de paisagens camponesas gerais com algumas ilhas de dominação aristocrática, em princípios do VI, majoritariamente nas imediações de cidades e, em menor grau, nos arredores de fortificações.

Essas fortificações, por sua vez, indicam que, no começo da sexta centúria, ao menos no alto vale do Ebro, teria havido poderes aristocráticos que se autonomizaram e chegaram a formar uma espécie de “senado”, reunindo os poderosos locais, para usar a expressão registrada no texto de Bráulio de Zaragoza. Contudo, esse alto vale do Ebro é incorporado aos poderes visigodos no projeto de expansão de Leovigildo. Parece que estamos diante de um processo de rearticulação da Península através de um novo projeto estatal que progressivamente submete ou cooptou poderes locais autônomos.

Talvez isso possa explicar, inclusive, o fato de as fortificações parecerem marcadas por períodos de ocupação e sucessivo abandono. Explico-me: a construção dessas fortificações seria o registro material desses poderes locais que chegaram a construir um projeto de futuro próprio e seu desuso poderia indicar a vinculação desses espaços a um

⁵ Para um balanço, consultar Bastos (2010).

Estado visigodo em construção ao longo do VI, entendido aqui como uma articulação aristocrática encabeçada pela monarquia.

Projeto esse que talvez tenha tido, na vinculação com o Ebro, um momento de ápice na primeira metade do século VII, com a íntima relação entre os poderes monárquicos instalados em Toledo e o bispado de Zaragoza. Algo evidenciado pela correspondência do bispo Bráulio com monarcas como Chindasvinto e Recesvinto e na própria participação de Bráulio na revisão da *Lex Visigothorum* (Riesgo Terrero, 1975, p. 150-153).

Por sua vez, a reocupação das fortificações em momentos mais tardios – fins do VII e o VIII – poderia indicar um novo contexto de instabilidade desencadeado por ou ao menos agravado pela chegada das tropas muçulmanas. Evidentemente, precisaríamos de estudos arqueológicos melhores desses espaços fortificados para comprovar essa hipótese, mas ela parece se alinhar bem com outros contextos melhor conhecidos no vale médio do Tejo e do Douro (Vigil-Escalera Guirado, 2012; Tejerizo García, 2017).

Por outro lado, longe dessas ilhas de dominação teria existido uma imensa rede de aldeias que se formaria desde o século V com relativa independência de poderes aristocráticos, rompendo com os laços de dominação do período romano. Entre os séculos VI e VII, estaríamos diante da progressiva subsunção dessas aldeias à aristocracia que pouco a pouco criou fraturas no seio dessas comunidades camponesas. Dessa forma, a aristocracia teria gerado – ou ao menos agravado – a diversidade de estatutos jurídicos registrados na doação e testamento de Vicente de Huesca. Ou ainda a enorme variedade das formas de relações de trabalho documentadas no registro tardio da Vida de São Milão, na primeira metade do século VII.

Essa progressiva submissão parece poder ser vinculada a uma série de estratégias. Certamente uma delas envolve o uso direto da violência que as comunidades camponesas possivelmente sofreram junto da ação de Leovigildo, no século VI, e antes dela na repressão aos bagaudas, na quinta centúria. Contudo, parece ter existido formas outras de desestruturação internas dessas comunidades e a sua progressiva vinculação a poderes aristocráticos através de doações de presentes.

Esses teriam sua face mais visível nas fivelas encontradas em alguns enterramentos. O problema está em estabelecer essa cronologia, já que as datações para o Ebro são bastante complexas, mas apresentam elementos que, numa perspectiva comparada com outras partes da Península, parecem constituir hipóteses promissoras. Uma outra hipótese que avanço é que esses objetos de luxo – e mesmo talvez o registro da produção de azeite – representem momentos tardios das ocupações camponesas já em seu processo de desestruturação interna e vinculação numa lógica senhorial.

Dessa maneira, proponho que não estamos diante de fontes contraditórias, mas sim diante de um contexto de constante ataque da aristocracia sobre o campesinato, fosse de forma violenta ou não. Contudo, o principal registro da capacidade de ação camponesa está no fato de que ainda havia, no Ebro, expressivas comunidades camponesas que escapavam à ação aristocrática, mesmo transcorridos mais de dois séculos entre a derrota dos grandes levantes camponeses em fins do Império Romano e o bispado de Bráulio.

Essas comunidades autônomas poderiam ser, inclusive, o motivo da inspiração de medo de “bandidos” que tornavam a viagem entre Zaragoza e Valência arriscada para aristocratas, como Bráulio registra em uma de suas correspondências. Não seria nada estranho dada a longuíssima tradição de ver com medo e receio a ação autônoma de grupos subalternos, especialmente quando se trata de rústicos camponeses (Handy, 2009).

Ainda assim, é necessário ressaltar que, mesmo entre aqueles já submetidos a poderes aristocráticos, uma estratégia que atravessou o período considerado foi a fuga. Ela certamente aparece na documentação legislativa do período, mas quero apresentar exemplos específicos do caso aqui considerado. A menção que fiz anteriormente ao dependente no Concílio de Lérida versa justamente sobre como tratar um fugitivo. A correspondência de Bráulio também sinaliza que havia fugas do mundo franco para a Península Ibérica quando o bispo de Zaragoza se desculpa por ter recebido um dependente do bispo de Toulouse (Riesgo Terrero, 1975, p. 98-99). Poderíamos indicar que essa jornada ao mundo ibérico pode ser um indício de condições gerais relativamente mais brandas aos dependentes nessa zona do que na Gália justamente por essa conjuntura de um relativo vigor do campesinato livre.

Elucidativa da proposta de interpretação que faço é a própria narrativa da *Vida de São Milão*. O que temos, na prática, nessa escrita de um bispo, é a cooptação e domesticação da figura de um pastor. Uma das muitas figuras de um cristianismo popular da Alta Idade Média que sofreram um destino semelhante (Bernardo, 1997, p. 607-672).

Uma leitura cuidadosa da hagiografia de Bráulio aponta para uma série de práticas estranhas ao cristianismo, lido como ideologia senhorial. Essas estranhezas vão desde a pregação de uma pobreza caridosa até o fato de o santo ser banhado por virgens consagradas (o que claramente horroriza seu hagiógrafo). Milão parece ter sido, ao contrário, uma liderança religiosa popular e carismática do alto vale do Ebro que recebia um culto igualmente popular. Mas, ao ser narrado por um aristocrata como Bráulio é apropriado como alguém que sempre respeitou as hierarquias da Igreja e a ela obedeceu e, portanto, usado para legitimar um ordenamento do mundo senhorial.

Nesse sentido, a História do campesinato do Ebro é geralmente contada a partir desse ponto de vista aristocrático e domesticado, diminuindo sua agência e projeção

e criando-se um passado onde esses grupos são invisibilizados porque subsumidos pela aristocracia. Lembremo-nos de Walter Benjamin e façamos a História a contrapelo! Ouçamos as vozes emudecidas dos camponeses do Ebro que viveram e impuseram por séculos limites à ação aristocrática!

Referências

Documentação textual

- BURGESS, R. W. (ed.). *The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana: two contemporary accounts of the final years of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- CORCORAN, S. The donation and will of Vincent of Huesca. *Antiquité Tardive*, v. 11, p. 215-221, 2003.
- JIMÉNEZ SÁNCHEZ, J. A. Acerca de la denominada Crónica de Zaragoza. *Revista de filología clásica y hebrea*, t. 58, n. 177, p. 339-367, 2007.
- RIESGO TERRERO, L. (ed.). *Epistolario de San Braulio*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1975.
- TEJADA Y RAMIRO, J. (ed.). *Colección de cánones y de todos los concilios de la Iglesia de España y América*. Madrid: [s.n.], 1849.
- VAZQUEZ DE PRAGA, L. (ed.). *Vita S. Emiliani*. Madrid: CSIC, 1943.
- VIVES, J. et al. (ed.). *Concílhos Visigóticos e Hispano-Romanos*. Madrid: CSIC, 1963.

Obras de apoio

- ARIÑO, E. El habitat rural en Península Ibérica entre finales del siglo IV y principios del VIII: un ensayo interpretativo. *Antiquité Tardive*, v. 21, p. 93-123, 2013.
- BASTOS, M. J. M. Escravo, servo ou camponês? Relações de produção e luta de classes no contexto da transição da Antiguidade à Idade Média (Hispania, séculos V-VIII). *Politeia: História e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 77-105, 2010.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERNARDO, J. *Poder e dinheiro: do poder pessoal ao Estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV*. Porto: Afrontamento, 1997.
- CASTELLANOS, S. *Los Visigodos*. Madrid: Síntesis, 2018.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. Churches and aristocracies in seventh-century Spain: some thoughts on the debate on Visigothic churches. *Early Medieval Europe*, n. 18, v. 2, p. 160-174, 2010.

- CHAVARRÍA ARNAU, A. *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VII d.C.)*. Turnhout: Brepols, 2007.
- DAFLON, E. Considerações sobre o conceito de campesinato para Alta Idade Média. *Sociedades Precapitalistas*, v. 11, n. 56, 2021.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. *Foice livre: campesinato ibérico e transformação social entre fins do mundo romano e a Idade Média (c. 300 -c. 500)*. Niterói: Eduff, 2023.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. O palácio e o consenso: o *officium palatinum* e a articulação da aristocracia visigoda (séculos VI-VIII). *Fronteiras & Debates*, v. 4, n. 2, p. 61-77, 2017.
- DAFLON, E.; MAGELA, T. Os porquês de uma História que falta: em defesa do protagonismo camponês na Idade Média. In: BOENAVIDES, D.; VELOSO, W. (org.). *Religiosidade, poder e sociedade no medievo: discussões historiográficas*. Porto Alegre: Polifonia, 2019, p. 45-62.
- DIARTE-BLASCO, P. *Late Antique and Early Medieval Hispania: landscapes without Strategy? An archaeological approach*. Oxford: Oxbow Books: 2018.
- ESCALONA, J. The early Castilian peasantry: an archaeological turn. *Journal of Medieval Iberian Studies*, v. 1, n. 2, p. 119-145, 2009.
- ESPINOZA RUIZ, U. El siglo V en el valle del Ebro. *Antigüedad y Cristianismo*, v. VIII, p. 275-288, 1991.
- HANDY, J. "Almost idiotic wretchedness": a long history of blaming peasants. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36 n. 2, p. 325-344, 2009.
- LALIENA CORBERA, C. Acerca de la articulación social de los espacios rurales en el Ebro Medio (Siglos V-IX). *Mainake*, n. XXXI, p. 149-163, 2009.
- MARTÍN VISO, I. *Asentamientos y paisajes rurales en el occidente medieval*. Madrid: Síntesis, 2016.
- MARTÍNEZ JIMÉNEZ, J.; SASTRE DE DIEGO, I.; TEJERIZO GARCÍA, C. (ed.). *The Iberian Peninsula between 300 and 850: an archaeological perspective*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018.
- PACHÁ, P. *Estado e relações de dependência pessoal no Reino Visigodo de Toledo (Séculos VI-VII)*. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- SILVA, U. G. *Rebeldes contra o Mediterrâneo: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia*. São Paulo: Humanitas, 2016.
- TEJADO SEBASTIÁN, J. M. (ed.). *Los castillos altomedievales en el Noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2012.

- TEJERIZO GARCÍA, C. *Arqueología de las sociedades campesinas en la cuenca del Duero durante la Primera Alta Edad Media*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2017.
- VELOSO, W. (org.). *Religiosidade, poder e sociedade no medievo: discussões historiográficas*. Porto Alegre: Polifonia, 2019.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. El asentamiento encastillado altomedieval de la Dehesa de la Oliva (Patones, Madrid). In: QUIRÓS CASTILLO, J. A.; TEJADO SEBASTIÁN, J. M. (ed.). *Los castillos altomedievales en el Noroeste de la Península Ibérica*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2012, p. 239-262.